

Trata-se de recurso da Presidente da República contra decisão que indeferiu a exceção de suspeição apresentada à Comissão Especial do processo de *impeachment* com o intuito de afastar da relatoria do processo o Senador da República Antonio Anastasia.

A defesa alega que a Comissão Especial violou os arts. 97 e 100 do Código de Processo Penal, pois o Relator não teria externado sua opinião a respeito da suspeição arguida, conforme determina a lei.

Afirma, ademais, que a Lei 1.079/1950 não trata em qualquer momento do Relator da Comissão Especial do processo de *impeachment*, de modo que a suspeição deveria ser analisada com as normas específicas do Parlamento.

Diz, mais, que o partido do Relator sempre teve uma posição contrária à Presidente Dilma, questionando até mesmo o resultado da eleição por meio de pedido de auditoria nas urnas.

Acrescenta, ainda, que o denunciante Miguel Reale Júnior é filiado à agremiação política do Relator. Além disso, a denunciante Janaína Paschoal teria admitido que foi remunerada em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) pelo mesmo partido.

Assim, sustenta ser o caso de aplicar-se o art. 127 do Regimento Interno do Senado Federal, que afasta da relatoria todo aquele que seja autor de proposição apresentada naquela Casa. Do mesmo modo, assevera que o art. 15, III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado não permite que seja designado como relator um senador pertencente a partido político do representante ou do representado.

Por esses motivos, pleiteia seja acolhido o recurso a fim de declarar suspeito o Senador Antonio Anastasia e que o novo relator não seja filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira.

Requer, ainda, a anulação de todos os atos posteriores à apresentação da exceção de suspeição.



**SENADO FEDERAL**  
como Órgão Judiciário

É o relatório necessário. Decido.

Bem examinada a presente exceção de suspeição, tenho que ela não merece prosperar.

Com efeito, o art. 36 da Lei 1.079/1950 estabelece as hipóteses de suspeição ou impedimento dos Senadores da República no processo e julgamento dos crimes de responsabilidade, conforme segue:

*“Art. 36. Não pode interferir, em nenhuma fase do processo de responsabilidade do Presidente da República ou dos Ministros de Estado, o deputado ou senador;*

*a) que tiver parentesco consanguíneo ou afim, com o acusado, em linha reta; em linha colateral, os irmãos cunhados, enquanto durar o cunhado, e os primos coirmãos;*

*b) que, como testemunha do processo tiver deposto de ciência própria”.*

Como se nota, o dispositivo legal em comento é norma perfeita, acabada e autoaplicável, que não necessita de qualquer complementação para sua incidência. Destarte, não se pode, a pretexto de aplicação subsidiária de outras normas previstas no art. 38 da Lei 1.079/1950, utilizar o Regimento Interno do Senado ou o Código de Processo Penal para atrair ao processo e julgamento dos crimes de responsabilidades outras hipóteses de suspeição ou impedimento que não aquelas expressamente previstas no art. 36 acima transcrito.

Nesse sentido foi o que decidiu esta Suprema Corte na ADPF 378/DF, relator para o acórdão Ministro Roberto Barroso, em relação à alegação de suspeição do Presidente da Câmara, cuja



**SENADO FEDERAL**  
**como Órgão Judiciário**

ementa, no ponto, transcrevo para melhor elucidar a temática em questão:

*“IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA (ITEM K DO PEDIDO CAUTELAR): Embora o art. 38 da Lei nº 1.079/1950 preveja a aplicação subsidiária do Código de Processo Penal no processo e julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade, o art. 36 dessa Lei já cuida da matéria, conferindo tratamento especial, ainda que de maneira distinta do CPP. Portanto, **não há lacuna legal acerca das hipóteses de impedimento e suspeição dos julgadores, que pudesse justificar a incidência subsidiária do Código.** A diferença de disciplina se justifica, de todo modo, pela distinção entre magistrados, dos quais se deve exigir plena imparcialidade, e parlamentares, que podem exercer suas funções, inclusive de fiscalização e julgamento, com base em suas convicções político-partidárias, devendo buscar realizar a vontade dos representados. Improcedência do pedido” (grifei).*

Do mesmo modo, aqui não há razão para aplicar-se o art. 127 do Regimento Interno ou o art. 15, III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, ambos do Senado Federal, como pretende a recorrente para afastar da relatoria o Senador Antonio Anastasia. Esse último dispositivo, inclusive, sequer é norma de aplicação subsidiária ao processo e julgamento dos crimes de responsabilidade.

Ademais, ainda que se cogitasse da incidência do mencionado 127, a hipótese não estaria configurada. Tal dispositivo, como decorre de sua simples leitura, tão somente afasta da relatoria os autores de proposições no âmbito do Senado.



**SENADO FEDERAL**  
**como Órgão Judiciário**

Ora, a denúncia é de autoria popular. O fato de um dos denunciantes ser filiado ao mesmo partido político a que pertence o Relator não a transmuda em acusação da agremiação política a que ele pertence.

Nem mesmo a situação admitida pela denunciada Janaína Paschoal – a de que teria recebido dinheiro do PSDB – tem o condão de afastar da relatoria o Senador Antonio Anastasia, pois não transforma o partido a que este parlamentar pertence em autor da denúncia.

A vingar tal raciocínio teriam de ser afastados da Comissão Especial todos os Senadores do PSDB, por falta de isenção, o que, *data venia*, não se mostra razoável.

Por derradeiro, convém repisar que as hipóteses de suspeição e impedimento estão taxativamente estabelecidas na Lei 1.079/1950 e elas não contemplam as situações aventadas pela recorrente.

Por essas razões, rejeito o presente recurso.

Publique-se e expeçam-se as comunicações e intimações de estilo.

Brasília, 7 de junho de 2016.

  
Ministro **Ricardo Lewandowski**  
Presidente do STF e do processo de *impeachment*

